

INTERVENÇÃO NO PLENÁRIO DE MARÇO DE 2008.  
DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Desde 1975 as Nações Unidas decidiram consagrar o dia 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher, para que os cidadãos, homens e mulheres, das comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais passassem a reflectir sobre o percurso efectuado, e o que ainda é necessário percorrer, em prol da igualdade entre homens e mulheres, nas respectivas sociedades, tendo em conta os direitos, liberdades e garantias constituintes de uma sociedade democrática.

É um dia em que se pretende sobrelevar a atenção dos poderes públicos e privados em relação à acção política, económica e social tendo em vista a igualdade dos seres humanos, independentemente de se tratar do sexo masculino ou do sexo feminino.

Esse dia tem também, e sobretudo, por objectivo relembrar o valor e a dignidade da mulher em todas as culturas e sociedades, salientando as barbáries que sob o escudo da tradição, religiosa, cultural, ou outra, ainda se perpetuam, nomeadamente a mutilação genital feminina (MGF), a infibulação que consiste em suturar os dois lados da vulva após a excisão do clitóris, dos pequenos e grandes lábios, e a lapidação, ou seja, o apedrejamento até a morte.

Não se pense que falo de situações que acontecem somente fora de portas. Não, Senhoras e Senhores Deputados, no nosso país, tal como noutros da “nossa” Europa democrática, existem comunidades emigrantes onde a mutilação genital feminina acontece na calada do doméstico e na escuridão do silêncio de quem não tem voz no seio da sua cultura, as mulheres, nomeadamente as meninas e as adolescentes. Leia-se o artigo “Excisão o Crime de Nascer Mulher”, da revista “afro”, deste mês de Março.

Senhor Presidente,  
Senhora e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo.

Perceber o papel da mulher na nossa sociedade em mudança, contestar e rever preconceitos é essencial ao desenvolvimento da nossa Região, do nosso país e do mundo.

Veja-se a importância que as entidades internacionais, que desenvolvem projectos de luta contra a fome em África e na Ásia, onde há comunidades que vivem com menos de um dólar por dia, deram ao papel da mulher nesse combate.

Habituada que está a gerir o mínimo dos mínimos em proveito do sustento dos filhos, são elas, e não os homens, o garante da boa gestão dos recursos atribuídos aos projectos.

Aliás, foi com a ajuda de 27 dólares, dada do seu próprio bolso, a mulheres artesãs para poderem comprar a matéria prima e assim se libertarem do círculo vicioso da exploração dos agiotas, e que pontualmente lhe foram devolvidos, que Muhmmad Yunus teve a ideia de criar o Grameen Bank, ou seja, o micro crédito.

Com a atribuição do prémio Nobel ao banco e ao seu criador, em 2006, a sua filosofia passa a ser um instrumento reconhecido internacionalmente na promoção e inclusão de pessoas em situações desfavorecidas que, por essa única e exclusiva razão, não têm acesso à banca tradicional. Também nos Açores, através do Decreto Legislativo Regional nº 25/2006/A, o Governo Regional colocou esse instrumento ao dispor dessa população.

Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

É verdade que algumas pessoas, homens e mulheres, ainda olham com indiferença, ou mesmo algum desdém, as questões relacionadas com a luta das mulheres, nomeadamente a existência e âmbito do dia 8 de Março. Reagem sem tentar compreender o papel dos movimentos Feministas que, de uma forma consistente, desde meados do século XIX, tanto têm contribuído para o desenvolvimento das nossas sociedades.

A este respeito é interessante relembrar, a propósito de num artigo da filósofa e antropóloga Teresa Joaquim, publicado no II volume do livro “A

Sexologia, perspectiva multidisciplinar, que “o feminismo pode englobar tanto uma ideologia como um movimento para a mudança sócio-política baseada no privilégio masculino e na subordinação das mulheres numa determinada sociedade. Coloca o género, *ou seja, a construção social diferenciada do comportamento dos sexos, baseada nas suas diferenças fisiológicas*, como categoria principal de análise.”

“ [...] Procura destruir a hierarquia masculinista mas não o dualismo sexual. O feminismo faz reivindicações para o reequilíbrio entre homens e mulheres no poder social, económico e político dentro de uma dada sociedade, em benefício de ambos os sexos, em nome da sua comum humanidade, mas com respeito pelas suas diferenças. O desafio é humanista.”

“ [...] Perceber que houve gestos, vozes, escritos, lutas, a saber: pelo direito de voto, pelo trabalho igual salário igual, para poder escrever o seu nome próprio e por poder sair do país sem autorização do marido, por ter acesso a diversas carreiras, como veio a suceder após o 25 de Abril, e que todos esses gestos, escritos, lutas, foram eles que constituíram de uma forma diversa uma sociedade em devir.

Foram também esses gestos – precários, é claro! – que permitiram aquilo que a autora veio a nomear como o aparecimento dum sujeito feminino, que, pela sua própria definição, requer autonomia e liberdade; que passou pela abolição do estatuto do “chefe de família”, pela afirmação nos anos 60 (anos do aparecimento da revolucionária e tão diabolizada pílula, hoje serenamente utilizada) de que “o nosso corpo pertence-nos” e que se cruzava com outra afirmação - “um filho quando eu quiser, se eu quiser”. Frases simples, gestos precários, de que, na actualidade, temos dificuldade em saber quantas horas foram tiradas ao sono para que os sonhos se pudessem concretizar.”

Senhor Presidente  
Senhora e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Também em Portugal tivemos mulheres, como Madalena Freire de Avelar Barbosa, que se dedicaram a essa luta.

Como refere Sofia Branco, no Público de 22 de Fevereiro: Madalena Barbosa, a incansável Feminista, fez da militância profissão e da igualdade uma vida. Morreu a 21 de Fevereiro, a semanas de fazer 66 anos, por doença cancerosa.

O nome de Madalena Barbosa aparece associado a todos os movimentos, grupos e associações que, em Portugal, se bateram e se batem ainda pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Teve um percurso tradicional até ao 25 de Abril, mãe de 6 filhos : Podia ter optado por ser dona de casa, era casada com um homem com dinheiro, podia ter tido uma vida sossegada, mas optou por desconstruir a ideia que a feminista não tem a ver com família, com filhos e amor.

Assumindo-se socialista foi filiada no Partido Socialista após o 25 de Abril, ingressa no Bloco de Esquerda quando este surge, mas sai em ruptura quando esse acorda com o PS não levar a votos as alterações eleitorais que imporiam a paridade. Volta ao PS com Ferro Rodrigues como secretário – geral. Foi candidata nas eleições intercalares à Câmara de Lisboa, em 2007, pelo movimento de cidadãos por Lisboa, liderado por Helena Roseta.

Madalena Barbosa foi fundadora, em 1974, do Movimento de Libertação das Mulheres, criado para reclamar “o direito à igualdade de oportunidades, sem discriminação de género” Foi fundadora do IDM (Informação e Documentação sobre Mulheres) e da Cooperativa Editorial Mulheres – primeiros Centros de documentação Feminista em Portugal e cujo espólio foi entregue à UMAR, em 2006. Igualmente fundadora, em 1978, com Cabral Fernandes e outras personalidades, do Movimento pela Contracepção e Aborto livre, que viria depois a originar o CNAC (Campanha Nacional Aborto e Contracepção).

Integrou a Comissão da Condição Feminina nos anos 80, de seguida a Comissão para Igualdade das Mulheres, actual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, onde trabalhou até adoeecer.

“Que Força é Essa”, é o nome do seu livro de crónicas e textos de reflexão sobre temas como o feminismo, igualdade e estudos de género, participação cívica e política, que foi lançado no dia a seguir à sua morte como forma de uma última homenagem.

Como referiu Maria do Céu Cunha Rego, ex-secretária de Estado para a Igualdade, o livro é o último exemplo da preocupação da simplificação das coisas, “Madalena teve o condão de escrever de forma fácil de entender. E de descodificar e de tornar evidente a desigualdade de género e o propósito da igualdade”. Morre a maior feminista portuguesa e **o maior** mede-se em coerência, em princípios, em lealdade, em honestidade. Em momento algum Madalena deu o dito pelo não dito, diz Teresa Horta.

Por tudo isto, e numa intervenção alusiva ao Dia Internacional da Mulher não poderia, em nome do GPPS, deixar de homenagear Madalena Barbosa, que se auto definia como “feminista, socialista e mulher” e denominada, em outros lugares do mundo, como uma “gender expert”.

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Em 13 Novembro de 1997 é publicado o Decreto Legislativo Regional nº 18/97/A, de 4 de Novembro, que cria a Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres, com o objectivo de contribuir, na Região Autónoma dos Açores, para uma efectiva co-responsabilização das mulheres e dos homens a nível da vida familiar, profissional, social, cultural, económica e política, baseada na igualdade de oportunidades e de tratamento entre os sexos.

Das suas atribuições podemos destacar a participação na elaboração de políticas global e sectorial, dar pareceres, propor e promover acções de sensibilização, cooperar com organizações, incentivar trabalhos de investigação, relacionados com a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Nesse âmbito têm sido apoiados pelos governos do Partido Socialista projectos e acções realizados por Instituições Particulares de Solidariedade Social, criadas e desenvolvidas Estruturas de Apoio e Programas específicos, orientados para as problemáticas da mulher, visando a sua promoção e integração nos diferentes âmbitos do viver social e do devir pessoal.

Hoje, nos Açores, existem uma Rede de Apoio Integrado à Mulher em Risco com o objectivo de **promover** a inclusão de mulheres em risco físico, psicológico e social; a igualdade de oportunidades; a capacitação profissional e empreendedorismo feminino; a

conciliação da vida familiar com a vida profissional; o exercício da cidadania efectiva; e reforçar o trabalho em Rede e fomentar a igualdade de género.

No sentido de prosseguir os seus objectivos a Rede oferece Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, Apoio Jurídico, Acolhimento, Grupos de Ajuda Mútua, Programas Ocupacionais e Programas de Formação.

Estes, desenvolvem-se **nas áreas** das Competências Pessoais e Sociais e na Educação Parental, Saúde Materna e Infantil, na Organização e Gestão de Tempo, Gestão de Recursos e Economia Familiar; Empreendedorismo, Contratualização e Emprego, Conciliação da Vida Familiar e o Mundo do Trabalho; Relações Interpessoais; Igualdade de Género e Cidadania.

A funcionar como logística existem estruturas de apoio como as Casas Abrigo (8), para acolher mulheres vítimas de maus tratos, das quais uma é um Centro de Acolhimento de Emergência, também denominada “drop in”, para mulheres sem abrigo, com lugar para 13 pessoas e um telefone disponível 24 horas, outra, Centro de Acolhimento temporário, ambas geridas pela Associação Novo Dia, em Ponta Delgada; os Centros de Promoção e Emprego Social (10) e os Centros de Acompanhamento e Atendimento Psicossocial (9).

Um Centro de Apoio a Mães Adolescentes, que focaliza a sua intervenção, entre outras, na formação de competências parentais, nos comportamentos de risco, na motivação para reiniciar o percurso escolar.

Para exemplificar o alcance desse trabalho, são intervenientes da Rede, nomeadamente em São Miguel a Associação Arrisca, Associação Alternativa, Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição, Centro de Terapia Familiar e Intervenção Sistémica, Hospital do Divino Espírito Santo, a Clínica do Instituto de São João de Deus, Direcção Regional de Inserção Social, a Polícia de Segurança Pública-PSP. E como pólo operacional, a Associação Crescer em Confiança, Associação Novo Dia, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Centro de Apoio à Mulher (CIPA) de Ponta Delgada, Centro Bem Estar Social do Livramento, Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Oliveira, Instituto Bom Pastor e UMAR Açores. O Instituto de Acção Social tem a seu cargo a coordenação, integração, validação e acompanhamento da Rede – CIVA.

O pólo operacional que tem por objectivo a construção, planificação e operacionalização dos planos de ajuda reúne semanalmente. A equipa multidisciplinar (jurista, assistente social e psicóloga), que lhe dá suporte está também disponível para se deslocar à esquadra de polícia quando necessário.

É de realçar que o número de valências de Apoio à Mulher em Risco com Acordos de Cooperação de Funcionamento, passou de uma, em 1997, para 29, em 2007, com um acréscimo da capacidade instalada de 6 para 1219 vagas, sendo a grande evolução a partir de 2001, e cujo financiamento passou dos 14.617, 68 euros para cerca de 2.500.000,00 euros.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Mais haveria a dizer, já que as Entidades públicas e Governamentais, bem como as IPSS e as ONG, com o apoio dos Governos do Partido Socialista, têm vindo a desenvolver acções com novas estratégias interventivas em resposta à cada vez maior complexidade dos fenómenos sociais, dando prossecução às políticas no âmbito da Promoção da Igualdade entre Géneros.

Saliento, no entanto, por inovador na nossa cultura o projecto as “Mulheres na Pesca”, promovido pela UMAR Açores (União de Mulheres Alternativa e Resposta); o Programa de Reabilitação do Agressor (Contigo), já validado e por isso pronto a entrar em funcionamento; o facto de 70% das 58 candidaturas ao Microcrédito, efectuadas entre Dezembro de 2006 e Outubro de 2007, terem sido mulheres em idade activa, casadas e com filhos; e o Programa Regional de Formação para a Empregabilidade e

Integração Socioprofissional (projecto ATENÁ) aprovado pela iniciativa Comunitária Interreg IIIB, em parceria com as Canárias. Tendo começado em Janeiro de 2006, tem 30 mulheres em formação com o objectivo de fomentar o empreendedorismo no feminino (conseguir criar o seu próprio negócio) e reforçar a empregabilidade das mulheres na situação de desemprego de longa duração e à procura de primeiro emprego.

É neste contexto, segundo Rui Bettencourt, Director Regional do Trabalho e Qualificação Profissional, que a mudança do paradigma do trabalho se está a fazer, não só pela chegada ao mercado de trabalho da nova geração com 20, 25 ou 30 anos, mas também pela passagem da inactividade para a actividade de mulheres entre os 30 e os 45 anos. Actualmente todos os anos cerca de mil mulheres nesta faixa etária estão a passar de uma situação de inactividade para uma de actividade laboral.

Para aumentar as possibilidades de colocação desta faixa etária, que há dez anos não deixava o trabalho doméstico, a tempo inteiro, é necessário qualificá-la, porque se em 10 anos o número de mulheres empregadas duplicou, em 2007 eram 40 000, estas continuam a ser mais da metade dos (5 483) desempregados e a auferir salários mais baixos.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membro do Governo

A sociedade Açoriana tem vindo a transformar-se e tem evoluído para melhor na conquista de um desenvolvimento humanista que tem passado pelas políticas de promoção da Igualdade de Género.

O desenvolvimento dos Açores está a fazer-se com os homens e mulheres desta Região em prol das açorianas e açorianos, não há qualquer dúvida a esse respeito. Mas como referia um homem, cidadão anónimo, entrevistado na rua pela RTPA para o telejornal



do dia 8 de Março, a quem foi perguntado se as mulheres nos Açores já tinham os mesmo direitos que os homens, este, depois de reflectir por uns momentos foi peremptório: não, ainda não! Já se melhorou muito, mas ainda há muito a fazer!

Disse!

Sala das Sessões, 11 de Março de 2008.  
A Deputada Regional: Fernanda Mendes